

## TRAGÉDIA NO SUL

# Leite fica a reboque da crise

Alvo de críticas pelas enchentes, governador vê Planalto liderar diálogo com municípios e setores da economia sobre reconstrução

» HENRIQUE LESSA  
Enviado especial

**P**orto Alegre — Ao mesmo tempo que as águas do Lago Guaíba recuam e os esforços de reconstrução avançam no Rio Grande do Sul após o pior desastre climático da história do país, o governador Eduardo Leite busca diminuir o prejuízo de ser apontado como um dos principais responsáveis pelas cheias. Mas mancham o currículo daquele que já foi visto como um dos expoentes do PSDB — sobretudo quando disputou a indicação à Presidência da República e perdeu para João Dória na polêmica prévia do partido, em novembro de 2021 — mudanças nas regras da lei ambiental estadual, que flexibilizaram os parâmetros para o uso do solo até mesmo em Áreas de Preservação Permanentes (APPs) para a construção de barragens.

Mas, além das cerca de 500 alterações no Código Ambiental gaúcho, Leite enfrenta críticas sobre as reduções, no último orçamento, na destinação de recursos da Defesa Civil estadual para prevenção de desastres — o que aumenta mais a pressão sobre sua gestão. Com a devastação do estado pelas enchentes, para as quais as autoridades despertaram somente em 29 de abril, o tucano não teve como deter o crescimento da presença do governo federal no Rio Grande do Sul — e se inicialmente disse que o momento não era “de procurar culpados” pela tragédia, com o passar dos dias deixou de esconder o incômodo com a presença dos representantes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na tentativa de recuperar o protagonismo na resposta à crise no estado, em duas entrevistas Leite argumentou que tinha “outras agendas” prioritárias — como a responsabilidade fiscal — para justificar a inação do governo gaúcho em relação aos alertas de especialistas para a possibilidade de alagamentos. A repercussão foi negativa e levou o governador a evitar setores da imprensa.

## Descompasso

Até ontem, a resposta federal à tragédia somava aproximadamente R\$ 62,5 bilhões — o que

Maurício Tonetto/Secom/GRS



Leite se reúne com Lula e a comitiva dos Três Poderes, no começo da reação conjunta ao desastre. Com os dias, divergências foram surgindo



**Pode ter alguma opinião, de um assessor ou outro, mas a relação com o governador é muito boa. Estamos seguindo a definição do presidente Lula de ajudar o estado com tudo que for necessário"**

**Waldez Goes, ministro da Integração e Desenvolvimento Regional**



**Vim para ajudar o Rio Grande do Sul e o governo do estado"**

**Paulo Pimenta, ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS**

deixou o tucano ainda mais a reboque da crise. Um exemplo: enquanto o governo federal começou a pagar, ontem, via Pix, o Auxílio Reconstrução no valor de R\$ 5,1 mil para todos os atingidos, o governo gaúcho ainda distribuiu cartões para repassar um auxílio de R\$ 2,5 mil. Mas esse dinheiro chega apenas aos atingidos pelas cheias inscritos no CadÚnico.

Esse protagonismo do governo federal nas ações de ajuda ao estado é mal recebido no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Assim que Paulo Pimenta foi indicado por Lula para assumir a Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, passou a ser chamado de “interventor”. A irritação aumentou assim que o governo do estado deixou de centralizar as iniciativas e canalizar os recursos repassados pela União.

Sob o argumento de agilizar a liberação do dinheiro para a

recuperação — e evitar o aumento dos prejuízos, cujos cálculos ainda são considerados subestimados pelos especialistas —, o governo federal tem procurado atuar diretamente nos municípios. Assim, deixou nas mãos dos prefeitos a responsabilidade de cadastrar os beneficiários dos programas de ajuda federal.

Porém, em algumas cidades administradas por opositores do Palácio do Planalto, percebeu-se a demora em listar os atingidos pelas cheias. Pimenta e o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Goes, entraram em campo e a elaboração da relação de nomes destravou. Mais uma vez Leite ficou a reboque.

## Cobrança

A irritação com a ação do governo federal diretamente nos municípios ficou clara na

última quarta-feira, quando ministros divulgaram mais um pacote de ações para a reconstrução do estado. Do anúncio, Leite e o vice-governador Gabriel Souza não participaram, mesmo convidados.

Na segunda-feira passada, em audiência na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, o governador insistiu no problema fiscal. “A suspensão da dívida não terá o efeito desejado para a reconstrução se, de outro lado, tivermos profundo desequilíbrio pela perda de receitas. O Rio Grande do Sul gera arrecadação de impostos federais, ao ano, bem maior do que recebe de volta. Neste momento de dificuldade, precisamos de mais receita para garantir o equilíbrio, a manutenção dos serviços e promover a recuperação do estado”, observou.

O vice-governador reforçou ao **Correio** a mesma cobrança. “Vamos perder mais da metade da arrecadação do estado. Estamos vivendo a destruição de empresas e ativos. A suspensão (do pagamento) da dívida (do estado com a União), por 36 meses, serviria para a reconstrução. Mas, se a gente não tiver a compensação da perda de receita, provavelmente precisaremos usar esse recurso para o custeio da máquina, até mesmo para não permitir atraso salarial”, frisou Gabriel Souza.

O governo Lula, porém, quer evitar criar arestas com o governador gaúcho. Como a ajuda ao Rio Grande do Sul foi definida como prioritária pelo presidente, o conflito com Leite é considerado um desgaste desnecessário. Ao **Correio**, Paulo Pimenta e Waldez Goes afirmaram que a colaboração com estado está acima de divergências políticas.

“Pode ter alguma opinião, de um assessor ou outro, mas a relação com o governador é muito boa. Estamos seguindo a definição do presidente Lula de ajudar o estado com tudo que for necessário”, afirmou.

“Vim para ajudar o Rio Grande do Sul e o governo do estado”, amenizou Pimenta.

# Desembolso de R\$ 658 milhões pelo Piratini

» ALINE BRITO

O governador Eduardo Leite apresentou, ontem, um balanço das ações realizadas pelo estado, nos primeiros 30 dias da tragédia no Rio Grande do Sul. Ele salientou que, até o momento, foram liberados R\$ 658,8 milhões para ações de apoio aos municípios e às famílias afetadas.

“Atravessamos diversas etapas desde o primeiro momento em que fizemos os alertas a respeito das chuvas. Passamos por uma

fase de resposta, com salvamentos e restabelecimento de serviços, e estruturamos o Plano Rio Grande, que norteará as ações futuras. O governo precisa ter as condições de responder à altura das necessidades, e é isso que estamos pleiteando junto ao governo federal”, afirmou.

A verba anunciada foi dividida entre as prioridades do estado, após a diminuição das chuvas e o recuo das enchentes: R\$ 148 milhões serão aplicados na modalidade Fundo a Fundo da Defesa

Civil do Estado; R\$ 117,7 milhões para a conservação de estradas; R\$ 100 milhões para o programa Volta por Cima; R\$ 60 milhões para o aluguel social e para a estadia solidária; R\$ 45,1 para a rede hospitalar — entre outros programas estaduais.

Leite ainda anunciou a criação do Plano Rio Grande, o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) e a Secretaria da Reconstrução Gaúcha — aprovada pela Assembleia Legislativa (ALRS) na terça-feira passada.

Leite apresentou, ainda, o Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP), que a partir de imagens de satélite pretende otimizar o direcionamento de políticas públicas. “A partir das manchas (nas imagens) serão realizados cruzamentos com as bases e informações disponíveis”, ressaltou.

## Explicações

Em paralelo às iniciativas do governo gaúcho pela reconstrução do estado, o ministro Edson

Fachin, do Supremo Tribunal Federal, determinou que Leite e a ALRS expliquem a mudança na legislação ambiental, que deu aval à supressão de vegetação nativa em áreas de proteção permanente. Esses locais são protegidos pelo Código Florestal Brasileiro e têm regras de exploração mais rígidas que as Unidades de Conservação.

A alteração na lei, articulada por ruralistas gaúchos, tramitou em tempo recorde na ALRS. Foi aprovada sem passar pela análise

da Comissão de Meio Ambiente.

O texto foi sancionado por Leite no início de abril. Inclui as obras de infraestrutura para irrigação na relação de atividades de interesse público e passou a considerar as áreas como de interesse social. Isso representa que as mudanças abrem caminho para que produtores rurais explorem esses espaços mediante “necessidade e compensação”.

Leia mais nas páginas 5 e 6

**NÃO IMPORTA O SEU TIPO SANGUÍNEO.**

Saiba como doar acessando [hemocentro.df.gov.br](http://hemocentro.df.gov.br)



**TODOS OS DIAS, DEZENAS DE PESSOAS NECESSITAM DE UMA TRANSFUSÃO DE SANGUE.**

Mas nem sempre os estoques do Hemocentro estão abastecidos o suficiente para atender a todos. Mais do que um ato solidário, doar sangue é um gesto de bondade que pode salvar vidas. Se você tem entre 16 e 69 anos, pesa mais de 51 kg, não possui comorbidades, está bem alimentado e hidratado e não passou por cirurgia ou não fez nenhum procedimento estético recentemente, procure o Hemocentro e torne-se um doador. Um doador sangue bom.